



Biotipologia, regionalismo e a construção de uma identidade corporal brasileira no plural, década de 1930

*Biotypology, regionalism,
and the construction of
a plural Brazilian bodily
identity, 1930s*

Ana Carolina Vimieiro-Gomes

Professora, Departamento de História/Faculdade de Filosofia
e Ciências Humanas/Universidade Federal de Minas Gerais.
Av. Antônio Carlos, 6627
31270-901 – Belo Horizonte – MG – Brasil
carolvimieiro@ufmg.br

Recebido para publicação em dezembro de 2015.

Aprovado para publicação em abril de 2016.

<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-59702016000500007>

VIMIEIRO-GOMES, Ana Carolina.

Biotipologia, regionalismo e a construção de uma identidade corporal brasileira no plural, década de 1930. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.23, supl., dez. 2016, p.111-129.

Resumo

Este artigo trata dos estudos biotipológicos regionais e da construção dos discursos biodeterministas sobre a identidade brasileira nos anos 1930. Nesse contexto, pesquisas biotipológicas foram realizadas para determinar o tipo corporal normal do brasileiro, segundo seu léxico peculiar de classificação. Dentre elas, destacam-se aquelas sobre o perfil corporal de regiões específicas do país, como Nordeste e São Paulo. Em face dos debates coetâneos sobre raça, miscigenação e identidade nacional, essas investigações foram orientadas pelo determinismo biológico e pela influência do meio, de aspectos sociais e culturais no desenvolvimento corporal do brasileiro. Este trabalho demonstra como os estudos biotipológicos regionais reverberaram visões racialistas, normalizadoras e excludentes e contribuíram para a construção de uma identidade corporal brasileira miscigenada.

Palavras-chave: biotipologia; identidade nacional; regionalismo.

Abstract

This article investigates regional biotypological studies and the construction of biological deterministic discourses about the Brazilian identity in the 1930s. Biotypological research was undertaken to determine the normal body type of the Brazilian man, using its peculiar classificatory lexicon. Studies into the bodily profile of specific regions, like the northeast and São Paulo state, featured in this research. In the context of the contemporary debates about race, miscegenation, and national identity, these investigations were geared towards biological determinism and the influence of the environment and social and cultural aspects on the bodily development of Brazilians. It is shown how regional biotypological studies echoed racial, normalizing, exclusive viewpoints and contributed to the construction of a miscegenated Brazilian bodily identity.

Keywords: biotypology; national identity; regionalism.

Os nossos estudos antropométricos são incompletos, pois teríamos que isolar: os tipos negros, os tipos aborígenes, os tipos brancos e os tipos mestiços. Em cada um desses tipos estabelecer o homem-médio, comparar as suas variações, verificar como as diversas influências têm agido sobre os seus caracteres, de acordo com o que dissemos anteriormente e nestas condições poderíamos deduzir como se apresentará futuramente o homem brasileiro – o homem-médio brasileiro.

(Carta de Juvenil Rocha Vaz ao ministro Gustavo Capanema, 14 set. 1937, citado em Lissovsky, Sá, 1996, p.228).

Em 1937, o ministro Gustavo Capanema consultou alguns cientistas brasileiros acerca da “figura ideal que nos seja lícito imaginar como representativa do futuro homem brasileiro”, que deveria então servir de alegoria e modelar uma estátua desse desejado ideal de brasileiro, a qual supostamente ornamentaria a entrada do novo prédio do Ministério da Educação e Saúde (Dávila, 2003 p.47). Entre os cientistas estavam Oliveira Vianna, cientista social, Edgard Roquette-Pinto e Froes da Fonseca, antropólogos do Museu Nacional, e o médico biotipologista Juvenil Rocha Vaz. Para este último cientista, segundo os pressupostos da medicina constitucional, também chamada de “biotipologia”, o homem médio, ou seja, o tipo normal brasileiro seria: branco, como o típico morador do centro do país; com uma média de altura entre 1,66m e 1,70m, peso entre 60kg e 65kg, para destacar algumas dentre as outras medidas morfológicas, em dezenas de segmentos corporais. No que dizia respeito aos aspectos antropológicos, “cabelos lisos e cor escura da íris, tendência à braquicefalia e à normotipia do rosto” (carta de Juvenil Rocha Vaz ao ministro Gustavo Capanema, 14 set. 1937, citado em Lissovsky, Sá, 1996, p.228).

Tal posição ia ao encontro daquelas de Roquette-Pinto e Oliveira Vianna, por exemplo, que também vislumbraram ao ministro Capanema um futuro branqueado para o brasileiro (Dávila, 2003, p.50). Juvenil Rocha Vaz era chefe da cadeira de clínica propedêutica da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e reconhecido pelos seus contemporâneos como “mestre” ou iniciador da biotipologia no Brasil. As atividades médicas e de ensino da sua cadeira aconteciam no Hospital São Francisco, no então chamado “Serviço do Dr. Rocha Vaz”, onde havia um gabinete de pesquisas biotipológicas (denominado Laboratório de Biotipologia) como parte das várias estruturas laboratoriais lá existentes para análises clínicas e pesquisas médicas (Vaz, 1931). Em torno do “Serviço do Dr. Rocha Vaz” é que a biotipologia foi introduzida à comunidade médica brasileira, desde meados dos anos 1920, sobretudo por meio da publicação de livros e manuais e como conteúdo médico-científico para prática clínica na propedêutica e na semiologia médica. O principal discípulo de Rocha Vaz, Waldemar Berardinelli – seu genro e também professor de clínica médica na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro –, foi quem publicou os mais significativos manuais nessa área dirigidos à comunidade médica, entre eles: *Noções de biotipologia*, com edições de 1932 e 1933; *Biotipologia*, de 1936. Além disso, no “Serviço”, e vinculado à comunidade em torno dele, foram realizados vários estudos e debates científicos sobre medicina e a biotipologia do “homem brasileiro” ao longo dos anos 1930 (Vimieiro-Gomes, 2016).

A biotipologia afirmou-se na ciência e na medicina brasileira ao longo dos anos 1930, em meio aos debates contemporâneos sobre identidade nacional, decorrentes de uma crescente cultura política nacionalista e populista intensificada no contexto do governo centralizado e autoritário de Getúlio Vargas (Cunha, 2002; Vimieiro-Gomes, 2012). Esse movimento se deu de maneira próxima ao que ocorreu na Argentina, onde ela, baseada numa concepção “hereditário-tipológica italiana” de inspiração fascista, foi mais uma das inúmeras “fontes científicas e sociais” para a eugenia, visando ao controle biopolítico da população (Stepan, 2005, p.125; Vallejo, Miranda, 2004). Segundo Nancy L. Stepan (2005, p.128-129), naquele país a biotipologia fazia parte dos projetos eugênicos de melhoramento racial, proteção da família pelo controle da maternidade e promoção da saúde da nação. Stepan, entretanto, pouco discorreu acerca do lugar da biotipologia nos debates sobre eugenia, raça e nação no Brasil nesse mesmo período. O contexto mexicano também foi próximo ao brasileiro, no qual a biotipologia foi parte central das ações médicas do governo pós-revolucionário e estava associada aos debates científicos sobre raça, medicina e a determinação de uma identidade nacional (Stern, 2003).¹

Desse modo, vale destacar que, no Brasil, a biotipologia foi sendo afirmada em um momento de redefinição das características étnicas, raciais e culturais do país pautadas por uma ideia de “brasilidade”, unidade nacional e patriotismo, forjada pela ideologia nacionalista do período (Cunha, 2002; Dávila, 2003; Pandolfi, 1999). Isso pode ser percebido na epígrafe que abre o presente artigo, que nos serve como uma referência dos debates sobre o desejado corpo do homem médio brasileiro. O “homem brasileiro” desejado era ao mesmo tempo branco ou mestiço. Por um lado, o ideal de um futuro branqueamento da raça brasileira persistia no pensamento social, ainda fundamentado numa perspectiva de hierarquia racial (Skidmore, 1976). Isso pode ser constatado por meio dos debates acerca dos critérios para a seleção eugênica de imigrantes, nos quais eram priorizados os europeus tidos como os melhores tipos antropológicos para uma conformação eugênica da nação (Souza, 2015; Seyferth, 1999). Por outro lado, o mestiço passou a ser o símbolo da “brasilidade” e da pluralidade étnico-racial da população brasileira.

O imaginário em torno do sertanejo – tipo antropológico característico da região não litorânea do país, cuja suposta vantagem biológica estava na sua composição racial mestiça – é um exemplo dessa inflexão das concepções sobre o que é o homem brasileiro (Santos, 1998). Circulava nesse momento uma recusa à ideia biodeterminista – ou seja, a concepção de que fatores biológicos poderiam explicar fenômenos sociais – dominante desde os oitocentos, de que o mestiço é um tipo antropológico degenerado e inferior biológica e culturalmente (Souza, 2012). Além disso, a partir dos anos 1930, as explicações culturais, políticas e sociológicas tornaram-se centrais nas discussões sobre raça e etnicidade e na positivação da mestiçagem. Tal é o caso da ideia das misturas cultural e racial definidoras do posteriormente denominado “mito da democracia racial” presente na obra de Gilberto Freyre *Casa-grande e senzala*, de 1934.² Segundo os interesses da cultura científica, e não só científica, desse contexto nacionalista, é que a agenda de pesquisa da biotipologia brasileira acabou por ser delineada.

Areladas a esse viés de “identidade nacional” emergem, em tensionamento, novas identidades regionais, com suas respectivas particularidades, que comporiam o todo nacional (Albuquerque Jr., 2001, p.41). Se por um lado o discurso nacionalista do período perspectivava

uma nação homogênea e um ideal de brasilidade, homogeneizando as diferentes realidades, por outro, essa perspectiva dava a ver a pluralidade e diversificação do país, levando à “explosão dos regionalismos”, a ponto de culminar em insurreições e revoltas separatistas, como na Revolução Constitucionalista de 1932, fundamental para a construção de uma identidade paulista, por exemplo (Weinstein, 2003). Isso também desencadeou pluralidades de elementos simbólicos internos às regiões, como é o caso do regionalismo nordestino. Enquanto a Bahia reinventava para si uma identidade principalmente centrada na valorização da sua cultura afro-brasileira (Romo, 2010), em outros locais circulava um imaginário que associava o Nordeste ao sertão e suas condições climático-telúricas, antropológicas e particularidades histórico-culturais (Albuquerque Jr., 2001). Nessa busca de uma essência do nacional, algumas identidades regionais são apagadas e outras reafirmadas (p.49), ou, ainda, elaboradas em contraste com identidades regionais tidas como essencialmente distintas, como na rivalidade entre São Paulo e Rio de Janeiro, cujo discurso passava pela diferenciação de aspectos políticos, culturais, raciais e étnicos (Peters, 2014). Isso porque o regionalismo apontaria diferenças e as utilizaria para construir uma identidade própria, mas também vislumbrando ser representativa da nacionalidade (Oliven, 1992, p.16).

Os discursos regionalistas mobilizavam então elementos simbólicos para configurar uma imagem das regiões que, por vezes, se impunha como verdade. Esse é o caso das representações do sertão, do sertanejo, da seca e da miséria, do messianismo e do cangaço na região Nordeste (ou nos Nordeste); ou, em São Paulo, da imagem dos caipiras, caboclos e bandeirantes, ou da vanguarda, da modernidade e do progresso econômico. Esses ideários de cada região, nada uniformes internamente, eram expressão do plano da política e da cultura, manifestas em discursos de obras científicas, sociológicas, literárias e artísticas das elites regionais, para denotar os ideais de passado, presente e futuro das regiões e o lugar delas no cenário nacional – como é o caso do movimento modernista paulista dos anos 1920 (Albuquerque Jr., 2001; Sevcenko, 1992; Ferreira, 2001).

Como um dos panos de fundo dessas imagens das identidades regionais do contexto aqui estudado, ainda permanecia uma concepção de diferença em relação às origens raciais distintas das regiões. Isso pode ser observado nos escritos de Oliveira Vianna, que posicionavam, social e historicamente, as populações regionais segundo as “forças modeladoras do meio” e as constituições antropológicas das localidades. A “identidade paulista”, por exemplo, tornou-se associada a uma ideia de superioridade, não só devido ao seu processo particular de povoamento ou à suposta modernidade e ao progresso da região, mas também à “brancura”, à imigração europeia e, além disso, tinha, como um dos seus panos de fundo, a marginalização do papel das populações afro-brasileiras na construção da região e da nação (Weinstein, 2003, p.238).

Diante dessa trama histórica, este artigo tem como objetivo investigar de que forma os discursos sobre identidades regionais atravessaram os estudos biotipológicos acerca do “homem brasileiro”. Nosso argumento é que os estudos biotipológicos regionais realizados no período contribuíram para a construção de discursos sobre a identidade corpórea do brasileiro. Esses estudos, porém, partiam de uma ideia de identidade corporal nacional que, diante da diversidade antropológica e racial do brasileiro, foi perspectivada como sendo heterogênea, ou seja, no plural. Considerava-se que a heterogeneidade estava refletida nos

biotipos dos brasileiros e era decorrente da miscigenação e da variedade de características físicas da população brasileira, bem como da diversidade das condições do meio das várias regiões do país, que, conforme se acreditava, não se limitavam aos aspectos telúricos e climáticos, mas envolviam também fatores sociais, políticos e culturais.

A análise aqui apresentada será centrada em estudos que tiveram como propósito definir o perfil biotipológico de populações de diferentes regiões do país, em especial do Nordeste e de São Paulo, duas das principais regiões brasileiras cujas identidades regionais foram debatidas e elaboradas no contexto dos anos 1930.

Biotipologia: novo léxico para a normalização dos corpos dos brasileiros

Biotipologia era na verdade o nome dado à antiga medicina constitucional, que no contexto do entreguerras foi então sintetizada, transformada e legitimada como uma nova ciência portadora de um novo *status* de cientificidade. Esse novo *status* vinha da ideia de que a biotipologia representava um novo estágio para a medicina constitucional, pois estava mais próxima à medicina experimental e à antropometria visando ao estudo qualitativo da constituição humana (Vimieiro-Gomes, 2012). Na medicina constitucional norte-americana, por exemplo, as iniciativas de produção de dados antropométricos na prática clínica fundamentada pela doutrina constitucionalista eram uma forma tida como mais científica de correlacionar características biológicas individuais mensuráveis com os sintomas psicológicos e físicos (Tracy, 1992). A denominação “biotipologia” surgiu na medicina constitucional italiana e foi adotada por outros países “latinos” como França, México, Argentina e Brasil, por exemplo. Na Itália, a biotipologia era uma das facetas do programa eugênico, propondo um foco de análise e intervenção na saúde do indivíduo (Cassata, 2011). Ela proporcionava, então, um novo léxico e práticas renovadas de classificação das pessoas, sendo, portanto, junto com as práticas ortogênicas (corretivas dos desvios corporais dos indivíduos), uma das medidas para resolver problemas biopolíticos da nação (Turda, Gillete, 2014).

A dita Escola Italiana foi, então, o principal modelo de práticas e teorias biotipológicas adotadas no Brasil. Médicos italianos como Giacinto Viola, Mario Barbára e Nicola Pende³ eram referências constantes nos livros de biotipologia publicados no Brasil (Vimieiro-Gomes, 2016). Essa escola biotipológica era apreciada e de interesse para a medicina brasileira justamente por ter proporcionado à medicina constitucional os supostos fundamentos epistemológicos tidos como mais científicos na época, sendo, desse modo, “mais precisa e adaptada ao critério clínico”, ou seja, de melhor aplicação na prática médica (Berardinelli, 1933, p.87). A classificação das pessoas em biotipos, segundo essa escola, compreendia uma mistura de dados biológicos produzidos de forma relacional a partir da comunhão de vários campos de conhecimento em interação, tais como antropometria, estatística, fisiologia (aspectos neuroendócrinos), biometria, clínica médica, além de, conforme a cultura científica brasileira, teorias racialistas e antropológicas em voga no país (Vimieiro-Gomes, 2012, p.707).

Essa interação entre teorias e práticas de campos científicos diferentes proporcionava à biotipologia um fundamento epistemológico diferenciado, que culminava em um novo léxico de classificação dos corpos.⁴ Esse novo léxico não compreendia unicamente a classificação racial ou do tipo antropológico da população, conforme operava o campo da antropologia.

Em jogo estava a delimitação de parâmetros científicos de normalidade, o que implicava, por consequência, uma hierarquia entre os tipos humanos, por meio da definição daqueles corpos desviantes desse suposto ideal de normalidade. Segundo o modelo italiano, os vários dados dos segmentos corporais mensurados nas avaliações biotipológicas recebiam tratamento matemático e geravam os nomes dos biotipos, que eram a linguagem orientadora dos parâmetros de classificação. Esses nomes motivaram também representações imagéticas com desenhos das formas corporais dos biotipos, que, portanto, eram portadoras desse léxico e deveriam ser utilizadas como referência imagética para as avaliações qualitativas dos corpos.⁵ Por esse caráter de inventar, reinventar e multiplicar nomes, rótulos, representações de normalidade e anormalidade para os corpos das pessoas, inerente à sua prática científica, é que podemos considerar a biotipologia uma ciência de caráter lexical, semelhante a outras ciências cujas práticas são centradas na nominação como forma de classificação, tais como a história natural e a antropologia física.

Tal é o caso dos tipos de Giacinto Viola, um modelo muito utilizado na biotipologia brasileira naquele contexto para definir os tipos desviantes dos normais, que eram aqueles tidos qualitativamente como harmônicos, equilibrados e perfeitos. Nesse modelo, os corpos eram analisados por meio do escrutínio das proporções do tronco (abdômen e tórax) e dos membros. A harmonia, predominância ou deficiência na proporção numérica desses segmentos corporais (11 medidas de diferentes segmentos) é que orientavam a definição dos três biotipos de Viola: braquetipo, longitipo e normotipo (Berardinelli, 1936, p.115). Uma pessoa era classificada como normotipo quando as proporções dos membros e do tronco eram “simétricas” e “equilibradas”. No braquetipo as proporções do tronco eram maiores que as dos membros. Ao contrário, o longitipo era então definido: proporção dos membros maiores que a do tronco. A partir dos valores médios (estatisticamente definidos) do que era um padrão normotípico é que se definiam os corpos desviantes. Cabe aqui sugerir que o léxico biotipológico também era atravessado por aspectos estéticos, moralizadores e ideológicos, que norteavam os parâmetros esperados para uma pessoa idealmente normal.

Curiosamente, as medidas corporais tidas como normais produzidas por meio de pesquisas sobre os corpos dos italianos figuravam como parâmetro de normalidade para os estudos biotipológicos sobre os brasileiros. É comum na apresentação dos resultados quantitativos dos estudos nacionais a comparação dos dados corporais médios dos brasileiros com aqueles do “homem veneziano” ou “homem emiliano” (a partir de estudos na população de Veneza e na região da Emília na Itália, respectivamente), tidos como padrões ideais de corpos, conforme definição quantitativa e qualitativa da biotipologia italiana. Outro parâmetro frequentemente mobilizado nas comparações eram as medidas das proporções corporais de estátuas gregas como a de Apolo e de Antínoo, para os corpos masculinos (Brown, 1934, p.121-124; Ferraz, Lima Jr., 1939, p.270-276).

Esse processo de apropriação do modelo italiano, todavia, não aconteceu de forma passiva. Nos estudos biotipológicos sobre o “homem brasileiro”, percebeu-se que a realidade corpórea da população local não se enquadrava nos modelos estrangeiros. Em um dos estudos mais significativos sobre a biotipologia do brasileiro *O normotipo brasileiro* de Isaac Brown (1934) – “trabalho do Serviço do Prof. Rocha Vaz” –, constatou-se que a heterogeneidade antropológica da população brasileira impunha a necessidade de (re)adaptação do modelo italiano. Isso

porque, diferentemente da Itália, “não existe no Brasil um centro de população homogênea” (Berardinelli, 1936, p.616). Para se tentar atingir os valores médios, ou seja, os valores normais para o brasileiro, foi preciso criar grupos populacionais homogêneos em torno de dois critérios: raça e meio. Este último a partir do agrupamento das pessoas avaliadas por regiões de origem no país. Na verdade, o estudo acabou por constatar que não existiria um tipo-padrão para o homem brasileiro, mas vários tipos corporais de brasileiros (Vimieiro-Gomes, 2012).

Para a categorização racial, os biotipologistas partiram da classificação dos tipos antropológicos brasileiros, proposta pelo antropólogo do Museu Nacional Roquette-Pinto: leucodermos (brancos), faiodermos (brancos + negros, ou mulatos); xantodermos (brancos + indígenas, ou caboclos) e melanodermos (negros) (Souza, 2012). Cabe ressaltar que relacionar biotipologia e raça ia de encontro à concepção da “Escola Italiana” acerca da inexistência de relação entre biotipos específicos em certas raças. Por seu turno, os biotipologistas brasileiros defendiam que haveria predominância de biotipos em algumas raças específicas. Se por um lado o novo léxico biotipológico, promovendo a classificação em corpos normais e desviantes, foi colocado como uma alternativa às tipologias raciais (Stern, 2003, p.200), por outro os debates sobre a identidade antropológica do brasileiro, orientados por fundamentos raciais, étnicos e determinismo climático, ainda serviam de ponto de partida para as concepções e práticas da biotipologia no Brasil.

O agrupamento por regiões do país era baseado nas concepções de Oliveira Vianna sobre a força modeladora do meio ambiente, a saber, sobre as influências climático-telúricas na formação das características antropológicas e evolução social do povo brasileiro. A ideia era que as diferenças entre os traços corporais e as manifestações culturais nas várias regiões do país eram evidentes. “Reportemo-nos ao homem nortista, por exemplo... Ora, a observação empírica nos leva a descrever o nortista como certo tipo morfológico e com certos caracteres psicológicos bem diversos do homem do sul, que também encontra na observação popular modelos já definidos...” – afirmava Isaac Brown (1934, p.206) para justificar o agrupamento por regiões. Discutia-se frequentemente que as condições do meio externo, tais como clima, condições telúricas, alimentação, condições sociais e históricas, influenciavam as variações biológicas individuais e, por consequência, as populacionais, gerando a predominância de biotipos não só raciais – a psicologia diferencial das raças, como sugerido por Oliveira Vianna (1934) em *Raça e assimilação* –, mas também regionais (Brown, 1934, p.105, 203-207). Essas discussões sobre raça, meio e diversidade dos tipos morfológicos que compõem a população brasileira serviram de justificativa e fundamento para a realização de alguns estudos biotipológicos regionais, como sobre o Nordeste e São Paulo. Como será desenvolvido adiante, apesar de partilharem a ideia de heterogeneidade corporal, raça e miscigenação, os usos e as discussões dos resultados sobre o perfil corporal da população dessas regiões eram pautados por questões socioculturais diferentes.

O homem do Nordeste e a biotipologia do sertanejo

O mais amplo e detalhado estudo de “biotipologia regional” realizado no país naquele período foi *A morfologia do homem do Nordeste: estudo biotipológico*, publicado em livro e de autoria de Álvaro Ferraz e Andrade Lima Júnior. Ambos eram médicos da Brigada Militar

de Pernambuco, onde o estudo foi realizado e de onde partiram as pessoas (todos soldados) avaliadas. A publicação fazia parte da Coleção Documentos Brasileiros dirigida por Gilberto Freyre, quem, conforme valorizava Waldemar Berardinelli no prefácio do livro, proporcionou à obra “o batismo da consagração”. Cabe ressaltar que Gilberto Freyre foi o responsável por lançar em Recife, em 1926, o “Manifesto regionalista”. Esse manifesto defendia a região como unidade de organização nacional, a conservação de valores regionais e tradicionais, sobretudo do Nordeste, e que as diferenças regionais deveriam conviver no centro da unidade nacional (Oliven, 1992, p.33-34). O propósito do estudo científico desses médicos militares era determinar o perfil biotipológico das pessoas do Nordeste do país, na verdade limitando-se ao estado de Pernambuco.⁶ Com a biotipologia, buscava-se definir um padrão de normalidade corporal para a população daquela região. O pressuposto que orientava a investigação era o da diferença, ou seja, que o “homem do Nordeste” apresentava um tipo constitucional particular em relação a outras regiões do país. Particularidade e complexidade decorrentes das influências de aspectos biológicos, ou seja, a mestiçagem, mas que eram também associadas às condições culturais, históricas, climáticas e geográficas da região (Blake, 2011, p.214-215). Observa-se aqui que a ideia de “homem do Nordeste”, seguida por Ferraz e Lima Júnior, estaria de acordo com a construção de identidade regional que refletia debates políticos pernambucanos sobre as condições histórico-culturais, sociais e econômicas que definiriam as especificidades da região Nordeste (Albuquerque Jr., 2001).

O estudo sobre a morfologia do nordestino se baseava nas orientações metodológicas da “Escola Rocha Vaz” de medicina constitucional da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Por isso, em termos metodológicos, seguiu os mesmos procedimentos da investigação do *O normotipo brasileiro*: antropometria, análises estatísticas para achar as médias dos vários segmentos corporais, determinação dos biotipos de cada indivíduo e normalização. O estudo também previa o agrupamento dos soldados de acordo com os tipos antropológicos de Roquette-Pinto e por região de origem. Nesse caso, todavia, as regiões de proveniência eram: o litoral, a zona da mata e o sertão do estado de Pernambuco.

Junto com a classificação em biotipos de Viola, também foi mobilizada a classificação proposta por Berardinelli, chamada Barbára-Berardinelli, que era uma adaptação local do modelo do italiano Mario Barbára (discípulo de Viola). Ela incluía uma nova terminologia aos biotipos de Barbára – micro e macro; “cormos” (tronco) e “melos” (membros) – e um novo agrupamento dos biotipos (Berardinelli, 1936, p.130-135). Com esse novo léxico, aos pesquisadores era possível encontrar parâmetros normais dentro de uma classificação desviante. Segundo Ferraz e Lima Júnior (1939, p.234-235; destaques no original), tal modelo classificatório seria interessante por “satisfazer rigorosamente do ‘ponto de vista antropológico’ e com muito mais simplicidade”, enquanto os tipos de Viola foram por eles avaliados como “excessivamente exigente[s]” e produzindo muitos tipos mistos na população estudada o que “tira-lhe[s] o valor e a graça”. Mais uma vez podemos constatar o caráter lexical dos procedimentos biotipológicos, que envolviam também a prática de criação de novas denominações para os corpos, nesse caso, segundo a realidade corpórea local.

Para finalizar a investigação da *Morfologia do homem do Nordeste*, alguns dos soldados avaliados como representativos, ou seja, típicos das formas corporais dos vários biotipos, foram também fotografados. Na Figura 1, podemos perceber as várias medidas corporais realizadas,

as equações para os cálculos da proporção de tronco-membros e a classificação biotipológica segundo Barbára-Berardinelli. Ao lado, vemos a fotografia de um dos soldados, tomado então como um exemplar do biotipo “brevilíneo normocórmico”. Cabe ressaltar que no livro há uma representação fotográfica similar para cada um dos biotipos conforme a classificação de Barbára-Berardinelli. Considerava-se que “nos estudos da constituição individual a máquina fotográfica é quase tão importante quanto o compasso”, pois o “retrato fixa o que não podemos descrever e às vezes medir” (Ferraz, Lima Jr., 1939, p.321-322). As fotos, também uma forma de linguagem, deveriam servir de parâmetro para futuros estudos e para uma prática médica de avaliação corporal orientada pela biotipologia.

Em *A morfologia do homem do Nordeste*, uma discussão central desenvolvida para interpretar os resultados encontrados naquele estudo biotipológico regional girou em torno do determinismo racial e da miscigenação. Com relação ao determinismo racial, os autores se

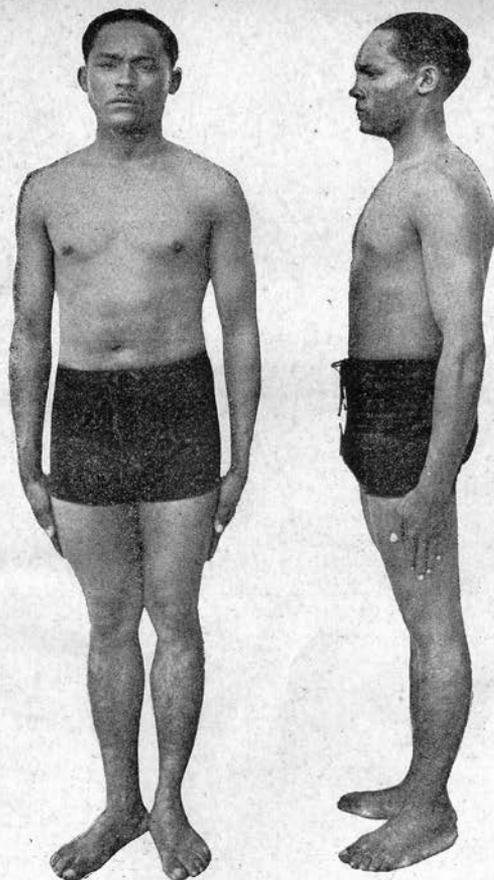
Nome: Quintiliano Pereira da Silva.
 Classificação étnica: Faiodermo.
 Data do nascimento: 1915.
 Lugar do nascimento: Novo-Exú — Pernambuco.
 Data do fichamento: 9.VII-935.

MEDIDAS FUNDAMENTAIS DA CONSTITUIÇÃO

VERTICAIS	REAIS	GRAUS	
		Cents.	Sigms.
1 — Distancia jugulo-xifoidéa	153	0	0
2 — " xifo-epigástrica	147	- 7	- 0.75
3 — " epigastro-pública	154	- 15	- 1.50
3a — " jugulo-pública	454	- 8	- 1.75
4 — Membro superior	544	- 4	- 0.75
5 — " inferior	733	- 7	- 1.25
Estatura deitada	1548	- 7	- 2.0
DIAMETRAIS			
6 — Diametro transverso toraxico ..	300	0	0
7 — " antero-posterior toraxico	213	+ 8.5	+ 1.25
8 — " transverso hipocôndrico	278	+ 5	+ 0.75
9 — " antero-posterior hipocôndrico	212	+ 7.5	+ 1.25
10 — " transverso da bacia ..	222	- 6	- 1.0
VALORES			
a) — Abdomen superior (2 × 8 × 9)	8.7	+ 2	+ 0.25
b) — " inferior (3 × 9 × 10)	7.2	- 5	- 1.0
c) — " total (a + b)	15.9	- 2	- 0.25
d) — Torax (1 × 6 × 7)	9.8	+ 3	+ 0.50
e) — Tronco (c + d)	25.7	0	0
f) — Membros (4 + 5)	1277	- 6	- 1.25
Peso	53.6	- 8	- 0.75

Classificação Barbára-Berardinelli: Tronco 0 > membros - 6
 Brevilíneo normocórmico

Relações fundamentais	Índices sintéticos
I — Tronco/membros + 6	a) Tipo morfológico B ⁴
II — Tronco/jugulo-pública . + 8	b) Valor somático - 3
III — Diametral + 8,1	c) Erro específico + 7,4
IV — Abdomen/Torax - 5	d) Erro genérico 6,0



QUINTILIANO PEREIRA DA SILVA

Figura 1: Fotografia de um homem nordestino, faiodermo, classificado como brevilíneo normocórmico (Ferraz, Lima Jr., 1939, p.357-358)

fundamentavam, conforme debatido pelos biotipologistas brasileiros (Vimieiro-Gomes, 2012), na ideia da predominância de certos biotipos em determinados grupos étnicos (Ferraz, Lima Jr., 1939, p.286). Isso porque no caso da biotipologia do “homem do Nordeste” encontrou-se uma diferença morfológica entre brancos, mulatos e negros, ou seja, leucodermos, faiodermos e melanodermos. Os “mulatos e pretos” apresentaram dados que evidenciavam “a deficiência das medidas verticais do tronco” em relação aos brancos. Os negros, todavia, apresentavam maior diâmetro de tronco. Nas proporções “de comprimento dos membros, tanto superiores como inferiores, os pretos, ao contrário, levavam vantagem sobre os mulatos, e, estes, sobre os brancos” (Ferraz, Lima Jr., 1939, p.289). Os grupos antropológicamente definidos como negros e mulatos foram classificados como predominantemente longilíneos. Importante ressaltar que a explicação para tal achado não estava apenas em fatores biológicos, sobretudo hereditários, que conformariam os corpos dos indivíduos, mas em aspectos sociopolíticos, ou seja, as históricas “condições de vida dos negros, mais afeitos aos trabalhos manuais e de força”, desde a escravidão (Ferraz, Lima Jr., 1939, p.289).

O sertanejo também foi foco central de discussão biotipológica nesse estudo sobre o homem nordestino. O pano de fundo da discussão científica era que existiria uma predominância de biotipos em algumas regiões de Pernambuco, assim como em algumas raças. Isso porque os resultados dos estudos acerca do biotipo predominante no sertão não se apresentaram como se pressupunha. Os autores afirmaram que “a preponderância de tipos de forma longilínea na zona litorânea e de brevilíneos na zona da mata e do agreste é perfeitamente razoável e facilmente explicável”, ao passo que era “desconcertante a predominância de indivíduos de forma longilínea no sertão” (Ferraz, Lima Jr., 1939, p.307, 310). Observa-se, então, que os dois médicos militares mobilizaram os debates do pensamento social brasileiro de princípios do século XX, em que a ideia de sertão era construída em oposição ao litoral (Souza, 1997). Os biotipologistas procuraram afirmar que tais diferenças não eram só uma questão de determinismo biológico ou climático, mas um problema de “política biológica” e de “biotipologia sociológica”. E para explicar e reafirmar a identidade corpórea do “homem do Nordeste”, sob o olhar da biotipologia, eles mobilizaram discussões sobre a história do processo de colonização e povoamento do sertão, aspectos culturais como costumes e alimentação do sertanejo, além de dinâmicas sociais e econômicas específicas daquela região nordestina, a partir dos argumentos de autores como Capistrano de Abreu, Sérgio Buarque de Holanda, Euclides da Cunha, Gilberto Freyre, para citar os principais (Blake, 2011, p.214).

O brevilíneo da zona da mata e do agreste seria o “tipo do português da venda” ou o “tipo do trabalhador rural”, afeito à monocultura, “que só enxergava a cana-de-açúcar”, ou à lavoura de subsistência. Mobilizando Gilberto Freyre e a ideia da mistura racial presente em *Casa-grande e senzala*, os autores afirmavam que foi o tipo brevilíneo “que mais contribuiu para a miscigenação das três raças e conseqüente formação do povo brasileiro” e que fez dos engenhos pernambucanos, usinas modernas (Ferraz, Lima Jr., 1939, p.307-310). Se o brevilíneo, sedentário, parou no agreste para trabalhar, “o longilíneo, aventureiro e idealista, varou o sertão”. O sertanejo, por seu turno, era um vaqueiro, um errático. E, a isso associadas, as secas, a carência alimentar, “as condições de vida do vaqueiro votado ao mourejar diário” eram consideradas fatores sociais, culturais e ambientais que influíam na frequência de longitipos entre a população do sertão. A imagem de Euclides da Cunha, em que o sertanejo

era visto como um miscigenado, modelado pelo meio, de modo de vida retrógrado, mas não um degenerado em termos raciais, foi também mobilizada como meio de explicação para os resultados. Dentro desse raciocínio, eles afirmavam:

A fusão dos três tipos étnicos – o lusitano, aventureiro e forte da colonização; o ameríndia, principalmente os tapuias (e entre eles os cariris ‘ordinariamente altos, fortes e corpulentos’) e os negros selecionados para a penetração – deu lugar à formação do sertanejo de hoje, fundido no cadinho especial do habitat agressivo, retemperado e selecionado, de tempos em tempos, pelas calamidades climáticas (Ferraz, Lima Jr., 1939, p.316-317).

Observamos, portanto, a centralidade de uma concepção positiva de mestiçagem – ou “mestiçagem construtiva”, conforme Nancy Stepan (2005) – nas explicações acerca da heterogeneidade corpórea do “homem do Nordeste”. Uma ideia de mestiçagem envolvendo discussão que considerava aspectos ambientais e culturais, porém que não abandonava o determinismo biológico e racial e que, de forma pendular, ora oscilava para uma ênfase na hierarquia entre os grupos humanos, ora para a negação dessa hierarquia (Skidmore, 1976, p.186; Santos, 2010). Mestiçagem que teria levado à pluralidade das características corporais do “homem do Nordeste” e do brasileiro, o que, conforme observaremos em seguida, em outro registro científico e cenário sociopolítico regional, serviria como argumento para explicar a excepcionalidade da identidade paulista, cujo perfil biotipológico também refletia o caráter heterogêneo da população.

A biotipologia dos paulistas: brancura, imigração e assimilação de estrangeiros

A biotipologia no estado de São Paulo também parece ter tido uma produção prolífica, tendo sido praticada em espaços institucionais relacionados à criminalística, à medicina clínica e à psiquiatria. Waldemar Berardinelli, no prefácio de *A morfologia do homem do Nordeste* (Ferraz, Lima Jr., 1939, s.p.), destacava que naquele estado, por exemplo, “além do antropologista Machado de Souza e de Lacaz Moraes, é cultivado o assunto no serviço de identificação, por Godoy; no Hospital Juquery por Pacheco Silva e André Teixeira Lima; e até numa clínica cirúrgica, o grande Ayres Netto à frente”. No caso do serviço de identificação do Laboratório de Antropologia Criminal da Polícia de São Paulo, sobretudo por iniciativa do médico-legista Oscar de Godoy, a biotipologia, com seus propósitos de normalização dos corpos, era mobilizada como um dos procedimentos que compunham os laudos dos exames médico-legais dos delinquentes – mesmo que por vezes pouco operacional e de limitada e inevidente utilidade nos processos criminais (Ferla, 2009, p.187-188).

Nos anos 1930, os estudos biotipológicos paulistas almejavam ser contribuição para os audaciosos intuítos eugênicos de se determinar os “homens-médios da população brasileira” (Ferla, 2009, p.191). Vale notar que, nas primeiras décadas do século XX, a medicina paulista tinha relação com os projetos de construção da nacionalidade e, conforme o ideário do “paulistanismo”, era representada como um dos instrumentos civilizadores capaz de conduzir não só São Paulo, mas também a nação rumo ao progresso econômico, social e racial. O higienismo, o sanitarianismo e a eugenia, por exemplo, foram centrais na defesa desse projeto (Mota, 2005, p.16). Nessa direção, uma das frentes de pesquisa são os estudos biotipológicos

desenrolados na Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP), a partir de iniciativas de um grupo em torno das abordagens do médico Odorico Machado de Souza, assistente de Alfonso Bovero, diretor do Departamento de Anatomia – cujas pesquisas anatômicas eram centradas na diversidade morfológica dos grupos raciais (Faria, 1952, p.42). As investigações de Machado de Souza, todavia, não tratavam apenas da população brasileira.⁷ Seu principal trabalho de medicina constitucional, realizado na universidade de Toulouse, foi baseado em grupos de indochineses e malgaxes. Seu intuito, junto com a comparação e correlação do perfil constitucional de diferentes etnias, foi estabelecer a concordância entre si dos métodos e dos parâmetros de classificação “tipológica” de Manouvrier⁸ – que propunham três tipos: macroskelico, mesoskelico e brachyskelico – e aqueles de Viola, o modelo então mais difundido no Brasil. Sua conclusão foi que “nem sempre há concordância entre os tipos classificados pelo método de Manouvrier e pelo de Viola”. A correspondência, porém, ocorreria nos biotipos mais extremos, mais afastados dos valores medianos (Souza, 1934, p.47). Segundo Odorico Machado de Souza (1934, p.47), suas conclusões teriam um valor prático, pois o método de Viola, apesar de ser visto como “o mais exato”, exigiria um “trabalho preliminar” de determinação do “tipo constitucional médio para o grupo étnico considerado”, o que ainda estaria por se completar no Brasil. Observa-se aqui que uma questão central para os biotipologistas brasileiros sempre foi a tentativa de padronizar os métodos de classificação corporal e sugerir o mais aplicável e adequado à realidade corpórea da população do país. Apesar desses esforços, a classificação em biotipos sempre teria algo de impreciso, pois as populações humanas são corporalmente diversas, e, assim, as iniciativas de dividi-las em grupos, nesse caso normais e anormais em termos constitucionais, acabariam por ser arbitrárias e controversas (Stepan, 2005, p.125).

Seguindo essa frente metodológica proposta por Machado de Souza, Rafael de Paula Souza, no Instituto de Higiene de São Paulo, empreendeu estudos sobre o tipo morfológico de crianças e universitários paulistas: “Tipo morfológico e desenvolvimento estatural e ponderal de crianças da idade escolar em São Paulo” e “Biotipologia dos Universitários Paulistas”, artigos publicados em 1935 e 1936, respectivamente. Outro produto desses esforços de pesquisas biotipológicas foi a tese médica de Joaquim Lacaz de Moraes intitulada *Estudos de antropometria constitucional dos brancos nativos do estado de São Paulo*, apresentada em 1939, cujo estudo foi realizado no Laboratório de Anatomia da Faculdade de Medicina da USP. Ambos os autores interessam na presente análise justamente por apontar de forma explícita uma perspectiva regional e racial para suas investigações.⁹ Segundo Paula Souza (1935, p.128), os dados regionais dariam “informações sobre os diversos ‘melting pot’, múltiplos em um mesmo Estado”, demonstrando o seu interesse em relacionar a sua pesquisa biotipológica com os processos de mesclas étnico-raciais ocorridas historicamente em São Paulo. Já para Lacaz de Moraes (1939, p.9), o estudo da biotipologia dos “vários agrupamentos étnicos do país” deveriam seguir o critério regional, pois “não podem ser perdidos de vista os fatores ambientais, os mais diversos em cada região” e que condicionariam “a gênese dos tipos constitucionais”.

O estudo biotipológico desenvolvido por Lacaz de Moraes foi empreendido num grupo de 300 homens, jovens, brancos e nativos do estado de São Paulo, militares do Centro de Instrução Militar da Força Pública de São Paulo. Brancos, ou melhor, leucodermos, determinados pela classificação do tipo antropológico brasileiro, segundo Roquette-Pinto. Nas palavras do médico

“deixamos a outros a tarefa idêntica para os demais conjuntos étnicos da população deste Estado”. Nativos porque tinham como ascendentes “os pais e os quatro avós também nascidos no mesmo Estado” (Moraes, 1939, p.6, 15). Neste ponto, observa-se que o estudo já parte de um recorte racial, privilegiando os brancos, e reitera na própria metodologia os critérios para ser paulista. Podemos depreender nessas definições metodológicas sobre o grupo a ser estudado uma evidência para o que Barbara Weinstein (2015, p.32) chama de excepcionalidade paulista: um estado de São Paulo imaginado como mais branco e diferenciado em relação às outras regiões. Tal retrato, que tinha como um dos panos de fundo o racismo, ora implícito ora explícito, seria um produto da elite paulista, que procurou diferenciar-se e caracterizar o estado como mais branco, próspero e progressista que as demais regiões do país (Weinstein, 2015, p.29).

O propósito do trabalho foi estabelecer tabelas de classificação, ou seja, dados estatísticos médios, a partir do método antropométrico de Viola, para determinar o tipo morfológico do branco paulista. Lacaz de Moraes (1939, p.9-10) reconhecia o pioneirismo do estudo de Isaac Brown sobre o “normotipo brasileiro”, o qual produziu dados sobre os “leucodermos de uma zona central do país, onde estariam incluídos os paulistas”, mas que também incluía pessoas de outros estados. Por isso considerava que seu estudo era concebido a partir de “um material mais abundante e mais homogêneo do nosso Estado”, pois delimitado a partir de um critério racial e regionalista bem definido. Para além da definição do tipo morfológico predominante em São Paulo, Lacaz de Moraes procurou associar os [bio]tipos com outros caracteres corporais, centrados na cabeça – que seriam na verdade indicadores de características raciais –, como a forma da face; o índice cefálico; o índice facial e os tipos de cabeça. Outro índice que serviu de comparação foi o “valor somático” – parâmetro que expressaria o tamanho total do esqueleto, sendo um meio de avaliação do estado nutricional dos indivíduos. Todo o trabalho de cálculos, análises estatísticas de médias, frequências, desvios e erros, bem como as comparações entre diferentes modelos de classificações corporais, resultaram, como conclusão, em uma tabela de graus de classificação biotipológica aplicável para o grupo de homens brancos paulistas. Lacaz de Moraes, diferentemente de Andrade e Lima Jr. (1939) e do paulista Paula Souza (1935, 1936), não tece nenhuma discussão biológica, sociológica, cultural ou política para explicar os resultados sobre o perfil biotipológico do paulista: um percentual maior de mixotipos em relação aos normotipos, braquitipos e longitipos. Similar a *A morfologia do homem do Nordeste*, os dados médios obtidos no estudo ensejaram, todavia, a elaboração de uma representação idealizada, imagética, sobre o tipo médio do homem branco paulista. Alguns soldados, representativos dos biotipos desviantes, também foram fotografados. Imagens que junto aos dados da tabela deveriam servir de parâmetro para a classificação dos corpos normais e anormais dos paulistas na prática médica.

Os dois estudos de Rafael de Paula Souza partiram do método de Manouvrier adaptado por Giuffrida-Ruggeri,¹⁰ cujo índice “skélico” (esquelético) manteve a mesma nomenclatura e apenas “acertou e simplificou” a fórmula de Manouvrier (Souza, 1935, p.129). Como nos demais estudos biotipológicos brasileiros, além do critério regional, tentou-se adotar o critério de homogeneização dos grupos observados por meio da raça. Nesse ponto, contudo, podemos observar uma crítica desse estudioso ao uso da cor como critério de separação nos estudos biotipológicos. Ele chega a opor-se à classificação do tipo antropológico brasileiro, proposto

por Edgard Roquette Pinto, para ele insuficiente justamente por se basear na coloração da pele. Isso porque, na sua concepção, “não compreendemos bem sua razão de ser entre nós, resultantes que somos das mais variadas raças, inclusive o preto e o índio” (Souza, 1935, p.129). Não se poderia esperar uma homogeneidade na coloração, pois até mesmo a “melodermia brasileira importada de povos africanos” era tida como “de constituição e origens as mais variadas”, sua distribuição pelo território brasileiro era irregular, assim como o seu cruzamento, “não menos irregular” (p.130). O mesmo raciocínio era aplicado aos “brancos europeus”, também considerados de “origens as mais diversas”, produtores de mesclas, “constituindo um núcleo homogêneo apenas na cromia, e essa mesma em gama enorme, dadas as diferentes etnias, cada qual com variado tipo constitucional” (p.130-131). Ora, dizia ele, “o branco não passa de mestiço disfarçando bem ou mal a coloração” (Souza, 1936, p.29). Toda essa discussão servia para explicar a “excepcionalidade da mestiçagem” (Grin, 2013), ou seja, constatar a heterogeneidade antropológica da população brasileira e, com isso, a inexistência de um “tipo definido” de corpo para o brasileiro e para o paulista. E mais, tudo isso, portanto, para justificar, em termos científicos, a escolha de se tratar, na biotipologia dos paulistas, apenas os “resultados separadamente dos brancos” (Souza, 1935, p.130-131).¹¹

Diferente de Lacaz Moraes, Paula Souza desenvolve um debate racial para esclarecer o perfil biotipológico da população paulista. Em termos eugênicos, a investigação sobre a biotipologia dos universitários paulistas definia como critério de homogeneização do grupo a ascendência e, com isso, a tentativa de separar os nativos “paulistas dos brasileiros, dada a diversidade de formação étnica desses dois grupos” (Souza, 1936, p.26). Observa-se que dos 489 universitários avaliados, de ambos os sexos, 482 eram “brancos”, quatro “amarelos”, dois “pardos e um “preto”. Onze eram estrangeiros. Interessava a ele saber a ascendência brasileira e estrangeira (pais e avós italianos, sírios, portugueses e outros), pura ou cruzada entre si, dos paulistas por ele estudados. Em vez do critério único da cor da pele branca, a etnia era definida a partir de uma concepção de hereditariedade, típica das práticas eugênicas, seguindo um critério genealógico, ou seja, de “laços de sangue”.

Em termos sociopolíticos, para o debate sobre a presença de estrangeiros na composição populacional de São Paulo, o médico paulista mobilizou as concepções do jurista e historiador Alfredo Ellis Júnior¹² sobre a mestiçagem e a formação das populações paulistas, não os escritos de Ellis Júnior sobre o “mito do bandeirantista” ou o papel dos mamelucos (caboclos) – mescla entre índios e portugueses –, em contraste ao papel ínfimo dos negros e mulatos na conformação da especificidade do caráter paulista. Composição étnico-racial que, acreditava-se, seria a base para a sua liderança político-econômica e cultural no país – conforme desenrolado em *Raça de gigantes* e *Os primeiros troncos paulistas*, por exemplo (Monteiro, 1994). Foram trazidas como contraponto explicativo, entretanto, as posições de Ellis Júnior acerca da imigração eugênica, sobretudo de europeus, e a possibilidade de diferenciação étnica da população paulista por meio da assimilação de estrangeiros: mestiçagem e aclimação, em termos biológicos e culturais. Sob esse ponto de vista, em diálogo com os pressupostos eugênicos e do ideal do branqueamento da época, Ellis Júnior (1934), em *Populações paulistas*, traça o panorama da recomposição da população paulista, no período republicano, considerada cada vez mais branca e influenciada pela corrente migratória de estrangeiros, sobretudo italianos vindos para as lavouras de café a partir da década de 1890. Aqui se percebe a presença

de uma das concepções que, desde os anos 1920, reatualizava o discurso épico da identidade paulista, que passou a incluir não só o caldeamento entre indígenas e portugueses, mas incluía na mistura os imigrantes recém-chegados, os “novos mamelucos” ou “os bandeirantes modernistas”, então tidos como os mais capazes de assumir a modernização cultural do país (Ferreira, 2001, p.319-323). Ellis Júnior (1934, p.147) chega a afirmar que, dos estrangeiros por ele discutidos, “o italiano é sem dúvida dos melhores elementos exóticos, entre nós”, seja pela sua capacidade de cruzamento com os paulistas e adaptação ao meio climático e social ou pelos seus atributos psíquicos e físicos. Apesar de reconhecer que “o paulista tenha um tipo físico profundamente diferente do dos brasileiros”, em decorrência da mestiçagem, “é bem certo que jamais um tipo físico uniforme sairá dessa retorta que é S. Paulo” (p.262).

Os dados sobre o perfil biotipológico dos universitários paulistas corroboraram a não existência dessa uniformidade. O estudo demonstrou que, “no estado atual dos cruzamentos do povo paulista”, haveria uma predominância mesoskelica (médio e normal) e uma brachyskelia mais acentuada em relação à macroskelia. Essa tendência, explica ele, seria decorrente mais “do sangue italiano e de outros europeus que do negro”. Observa-se aqui novamente o privilégio dado à “brancura”, como elemento de excepcionalidade regional. Em um momento de diminuição das taxas de imigração europeia e de redefinição das políticas imigratórias do “governo Vargas”, o estudo biotipológico de Rafael de Paula Souza também ia ao encontro da ideia assimilacionista e de caldeamento, sobretudo, para as correntes imigratórias de italianos, portugueses e espanhóis, tidos como adequados aos interesses socioeconômicos nacionais e ao persistente ideário do branqueamento (Seyferth, 1999, p.212-216).

Os resultados sobre o perfil corporal do branco paulista demonstrariam justamente o estado de mescla, ou seja, o bem-sucedido *melting pot* paulista, o que se aproximava às concepções eugênicas sobre as fusões raciais e culturais como possibilidade de formação da nação (Stepan, 2005, p.174). Nas palavras de Paula Souza (1936, p.40), a relação entre tipo constitucional e ascendência étnico-racial indicariam o “alto poder de radicação de nosso meio, com a nacionalização das diversas etnias estrangeiras e conservação ou mesmo melhoria de seus caracteres raciais, a indicar a boa aclimação que tiveram” em São Paulo. Raça, mestiçagem e assimilação de imigrantes estrangeiros foram os principais pontos de discussão mobilizados pelos médicos para interpretar os dados biotipológicos encontrados no que diz respeito a uma identidade corporal paulista.

Considerações finais

Este trabalho demonstrou o papel de estudos biotipológicos regionais, do Nordeste e de São Paulo, nas discussões sobre a identidade do “homem brasileiro” dos anos 1930, especificamente, no que diz respeito a uma identidade corporal desse brasileiro. Inseridos e orientados pelos embates discursivos acerca das características étnico-raciais e culturais desejadas para a conformação de um ideal de “brasileidade”, os estudos regionais reverberaram a impossibilidade de se estabelecer um perfil biotipológico único para o “homem médio” (ou seja, normal) brasileiro. O argumento central era que, no Brasil, por causa da “heterogeneidade talvez única no universo ... não haverá um tipo brasileiro, haverá diversos tipos brasileiros” (Brown, 1934, p.90). Daí a necessidade de organizar estudos seguindo critério regional

junto ao critério étnico-racial, conforme foi possível constatar na biotipologia do homem do Nordeste e do paulista. Observamos que o debate biotipológico no Brasil, seja regional ou nacional, enfrentou um dos principais dilemas da eugenia latino-americana naquele contexto nacionalista: “como criar, partindo de suas populações heterogêneas, uma homogeneidade nova e purificada sobre a qual uma verdadeira ‘nacionalidade’ pudesse ser erigida” (Stepan, 2005, p.23). As práticas e o léxico que procuravam determinar o que seria um corpo normal (médio) e um anormal (desviante da média) podem ser considerados uma tentativa de solução para esse dilema.

Todavia, outra evidente possibilidade de solução foi assumir a miscigenação como identidade. A presente análise constatou que a biotipologia também se inscrevia na dinâmica simbólica que Mônica Grin (2013, p.329) assinala como uma afirmação “da condição de excepcionalidade do Brasil miscigenado”, muito presente durante a Era Vargas. A “excepcionalidade da mestiçagem” como mito nacional, constituidor da suposta “brasilidade”, foi elemento político central nas tentativas de definir uma identidade nacional, sendo um recurso retórico que atravessava desde os discursos de valorização do papel da cultura afro-brasileira até de assimilação cultural de imigrantes estrangeiros, desejados para a composição da nação.

Observou-se também diferentes usos da ideia de “brasilidade mestiça” pelos estudos biotipológicos regionais, cujos ideais políticos subjacentes projetavam um ideal de nação, mas a partir das suas identidades regionais. Se a biotipologia do homem do Nordeste valorizava o nordestino como forma de positivação da mestiçagem das três raças e a conformação do sertanejo como representante da heterogeneidade do tipo corporal do brasileiro, a do paulista destacava a miscigenação com o imigrante estrangeiro como um indício do desejado branqueamento, confirmando, na conformação corporal do paulista, a capacidade de assimilação dos povos estrangeiros que historicamente compuseram as supostas características diferenciadas – mas não menos heterogêneas – da população de São Paulo. A falta de envolvimento de negros nos estudos biotipológicos sobre São Paulo revelaria a percepção implícita de uma identidade paulista exclusiva e racialmente marcada pela “brancura” (Weinstein, 2015), o que, em termos sociopolíticos, supostamente manifestaria o estágio mais avançado e moderno para aquela região. Diante disso, constata-se que os estudos biotipológicos regionais projetavam e reforçavam visões normalizadoras, racialistas e excludentes, e também contribuíam para a consolidação da contemporânea concepção de uma identidade corporal brasileira miscigenada e, portanto, plural.

NOTAS

¹ Para uma discussão sintética sobre a relação entre biotipologia e “eugenia latina” no contexto da América Latina, ver Turda e Gillete (2014).

² Cabe ressaltar que “democracia racial” é a expressão construída pelo pensamento social brasileiro pós-anos 1950 como forma de expressar e sintetizar uma visão mítica e idealizada, muito controversa e criticada, sobre o suposto caráter “harmonioso” das relações raciais no Brasil – e que pode ser observada no pensamento de Gilberto Freyre nos anos 1930, mesmo que assim não denominada por ele (Guimarães, 2001).

³ Nicola Pende é considerado o médico mais importante do constitucionalismo italiano durante o período fascista, sendo diretamente ligado ao regime de Mussolini. Pende foi membro do Partido Nacional Fascista e chegou a dedicar um dos seus livros a Mussolini: *Bonifica umana razionale e biologia política* (1933). Sua associação ao regime proporcionou fundos para a criação de um instituto de biotipologia e ortogenese em 1926 (Cassata, 2011; Turda, Gillete, 2014).

⁴ Aqui entendo “léxico” como uma forma de linguagem, em termos de pragmática da linguagem, conforme discutido por Thomas Kuhn (2003, p.98-101), para pensar os modos de produção de significados por parte de uma ciência, bem como as práticas e as teorias que ela elabora para conhecer e dar sentido ao mundo natural.

⁵ Um exemplo foi a elaboração por Claude Charbol de cartazes que deveriam servir de orientação para a prática médica de seleção de trabalhadores da borracha pelo Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para Amazônia (Semta) (Miranda, 2013).

⁶ Sobre a relevância desse estudo para a biotipologia brasileira e os debates sobre identidade nacional, ver Vimieiro-Gomes (2016).

⁷ Machado de Souza foi bolsista da Fundação Rockefeller e passou dois anos na Europa, onde, além de estudos na França, trabalhou na Clínica Viola em Bologna, Itália (Faria, 1952, p.58).

⁸ Léonce Manouvrier, anatomista e antropólogo francês, foi discípulo de Paul Broca, empreendendo estudos sobre antropometria e anatomia cerebral. Manouvrier atuou como professor de antropologia fisiológica na École d'Anthropologie de Paris, a partir de 1887. Foi secretário-geral da Société d'Anthropologie de Paris em 1902 e esteve à frente do laboratório dos Hautes Études da École Pratique de 1887 a 1903. Cunhou o termo “antropotecnica” para designar aquelas práticas científicas e técnicas de campos como medicina, higiene, educação, direito, visando à gestão do corpo social, ou seja, uma técnica de engenharia social (Blanckaert, 2001, p.150).

⁹ Outro adepto do constitucionalismo em São Paulo e também atuante no Laboratório de Antropologia Criminal da Polícia de São Paulo foi o médico P. Moncau Júnior, empreendedor de estudos sobre a biotipologia de crianças, que resultou na sua tese médica *Contribuição para o estudo da avaliação do desenvolvimento físico na idade escolar*, de 1934.

¹⁰ Vincenzo Giuffrida Ruggeri (1872-1921) foi um antropólogo italiano, membro da Sociedade Italiana de Genética e Eugenia. Esteve envolvido no desenvolvimento de várias políticas eugênicas na Itália nas décadas de 1910 e 1920 (Cassata, 2011, p.9)

¹¹ Segundo o próprio autor, os dados sobre as crianças negras não foram comparados com os das brancas devido a seu número (16,3%) ser considerado reduzido (Souza, 1935, p.131).

¹² Alfredo Ellis Júnior foi jurista formado na Faculdade de Direito de São Paulo, atuou como promotor em Limeira e São Carlos. Ao longo dos anos desenvolveu interesse em história universal e no passado do estado de São Paulo. Produziu várias obras nesse tema, entre as quais se destacam: *O bandeirismo paulista e o recuo do meridiano* (1924) e *Raça de gigantes* (1926), *Pedras lascadas* (1928), *Os primeiros troncos paulistas* (1935) e *Populações paulistas* (1934). Foi eleito deputado pelo Partido Republicano Paulista (PRP) e em 1926 apresentou projeto de lei sobre imigração para o estado de São Paulo. Participou da fundação da Liga de Defesa Paulista e teve participação ativa na revolução constitucionalista de 1932 (Monteiro, 1994). Ellis Júnior também escreveu obras literárias, em que manifestou suas ideias sobre eugenia, mestiçagem, branqueamento e identidade paulista. Tal é o caso do romance histórico *Jaraguá*, um “libelo histórico-regionalista”, bandeirantista, publicado após a derrota de 1932 (Ferreira, 2001, p.256, 334-345).

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. São Paulo: Cortez. 2001.

BERARDINELLI, Waldemar. *Biotipologia: constituição, temperamento, caracter*. 3.ed. modificada e aumentada. Rio de Janeiro: Francisco Alves. 1936.

BERARDINELLI, Waldemar. *Noções de biotipologia: constituição, temperamento, caracter*. Rio de Janeiro: Francisco Alves. 1933.

BLAKE, Stanley E. *The vigorous core of our nationality: race and regional identity in northeastern Brazil*. Pittsburg: University of Pittsburg Press. 2011.

BLANCKAERT, Claude. *Lógicas da antropotecnica: mensuração do homem e bio-sociologia (1860-1920)*. *Revista Brasileira de História*, v.21, n.41, p.145-156. 2001.

BROWN, Isaac. *O normotipo brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara. 1934.

CASSATA, Francesco. *Building the new man: eugenics, racial science and genetics in twentieth-century Italy*. Budapest: Central European University Press. 2011.

CUNHA, Olívia Maria Gomes. *Intenção e gesto: pessoa, cor e a produção cotidiana da (in)diferença no Rio de Janeiro, 1927-1942*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. 2002.

- DÁVILA, Jerry.
Diploma of whiteness: race and social policy in Brazil, 1917-1945. Durham: Duke University Press. 2003.
- ELLIS JR., Alfredo.
Populações paulistas. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1934.
- FARIA, Luiz de Castro.
Pesquisas de antropologia física no Brasil. *Boletim do Museu Nacional*, n.13, p.1-106. 1952.
- FERLA, Luis.
Feios, sujos e malvados sob medida: a utopia médica do biodeterminismo. São Paulo: Alameda. 2009.
- FERRAZ, Alvaro; LIMA JR., Andrade.
A morfologia do homem do Nordeste: estudo biotipológico. Rio de Janeiro: José Olympio. 1939.
- FERREIRA, Antônio Celso.
A epopeia bandeirante: letrados, instituições e invenção histórica (1870-1940). São Paulo: Editora Unesp. 2001.
- GRIN, Mônica.
Mito de excepcionalidade? O caso da nação miscigenada brasileira. In: Dutra, Eliana de Freitas. *O Brasil em dois tempos: história, pensamento social e tempo presente*. Belo Horizonte: Autêntica. p.321-340. 2013.
- GUIMARÃES, Antônio Sérgio A.
Democracia racial: o ideal, o pacto e o mito. *Novos Estudos Cebrap*, n.61, p.147-162. 2001.
- KUHN, Thomas.
O caminho desde A Estrutura: ensaios filosóficos, 1970-1993, com uma entrevista autobiográfica. São Paulo: Unesp. 2003.
- LISSOVSKY, Maurício; SÁ, Paulo Sérgio Moraes de.
Colunas da educação: a construção do Ministério da Educação e Saúde. Rio de Janeiro: Minc/Iphan: Fundação Getulio Vargas/CPDOC. 1996.
- MIRANDA, Gabriela Alves.
Doutores da Batalha da Borracha: os médicos do Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia (SEMTA) e o recrutamento de trabalhadores para os seringais em tempo de guerra (1942-1943). Dissertação (Mestrado em história das ciências e da saúde) – Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro. 2013.
- MONTEIRO, John Manuel.
Caçando com gato: raça, mestiçagem e identidade paulista na obra de Alfredo Ellis Jr. *Novos Estudos*, n.38, p.79-88. 1994.
- MORAES, Joaquim Lacaz de.
Estudos de antropometria constitucional dos brancos nativos do estado de São Paulo. Tese (Faculdade de Medicina) – Universidade de São Paulo, São Paulo. 1939.
- MOTA, André.
Tropeços da medicina bandeirante: medicina paulista entre 1892-1920. São Paulo: Edusp. 2005.
- OLIVEN, Ruben George.
A parte e o todo: diversidade cultural no Brasil-Nação. Petrópolis: Vozes. 1992.
- PANDOLFI, Dulci C. (Org.).
Repensando o Estado Novo. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getulio Vargas. 1999.
- PETERS, Christina.
Formação de relações regionais em um contexto global: a rivalidade futebolística entre Rio de Janeiro e São Paulo durante a Primeira República. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v.21, n.1, p.151-168. 2014.
- ROMO, Anadelia.
Brazil's living museum: race, reform, and tradition in Bahia. Chapel Hill: The University of North Carolina Press. 2010.
- SANTOS, Ricardo Ventura.
Mestiçagem, degeneração e viabilidade de uma Nação: debates em antropologia física no Brasil (1870-1930). In: Santos; Ricardo V.; Maio, Marcos C. *Raça como questão: história, ciência e identidades no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz. p.83-108. 2010.
- SANTOS, Ricardo V.
A obra de Euclides da Cunha e os debates sobre mestiçagem no Brasil no início do século XX: os sertões e a medicina-antropologia do Museu Nacional. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v.5, supl., p.237-254. 1998.
- SEVCENKO, Nicolau.
Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Companhia das Letras. 1992.
- SEYFERTH, Giralda.
Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo. In: Pandolfi, Dulci C. *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getulio Vargas. p.199-228. 1999.
- SKIDMORE, Thomas.
Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1976.
- SOUZA, Odorico Machado de.
Sobre o valor comparativo do índice skélico na determinação do tipo morfológico

- constitucional. *Revista de Biologia e Higiene*, v.5, n.2, p.46-47. 1934.
- SOUZA, Rafael de Paula.
Biotipologia dos universitários paulistas. *Revista de Biologia e Higiene*, v.7, n.1, p.25-41. 1936.
- SOUZA, Rafael de Paula.
Tipo morfológico e desenvolvimento estatural e ponderal de crianças da idade escolar em São Paulo. *Revista de Biologia e Higiene*, v.6, n.2, p.128-147. 1935.
- SOUZA, Vanderlei S. de.
Em busca do Brasil: Edgard Roquette-Pinto e o retrato antropológico brasileiro, 1905-1935. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getulio Vargas. 2015.
- SOUZA, Vanderlei S. de.
Retratos da nação: os “tipos antropológicos” do Brasil nos estudos de Edgard Roquette-Pinto, 1910-1920. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Ciências Humanas*, v.7, n.3, p.645-669. 2012.
- SOUZA, Candice Vidal e.
A pátria geográfica: sertão e litoral no pensamento social brasileiro. Goiânia: Editora UFG. 1997.
- STEPAN, Nancy L.
A hora da eugenia: raça, gênero e nação na América Latina. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz. 2005.
- STERN, Alexandra M.
From mestizophilia to biotypology: racialization and science in Mexico, 1920-1960. In: Applebaum, Nancy P.; Macpherson, Anne S.; Roseblatt, Karin A. *Race and nation in modern Latin America*. Chape Hill: The University of North Carolina Press. p.187-210. 2003.
- TRACY, Sarah W.
George Draper and American constitutional medicine, 1916-1946: reinventing the sick man. *Bulletin of the History of Medicine*, v.66, n.1, p.53-89. 1992.
- TURDA, Marius; GILLETTE, Aaron.
Latin eugenics in comparative perspective. London: Bloomsbury Academic. 2014.
- VALLEJO, Gustavo; MIRANDA, Marisa.
Los saberes del poder: eugenesia y biotipología en la Argentina del siglo XX. *Revista de Indias*, v.64, n.231, p.425-444. 2004.
- VAZ, Juvenil Rocha.
Questões clínicas de atualidade. Rio de Janeiro: Besnard Frères. 1931.
- VIANNA, Oliveira.
Raça e assimilação. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1934.
- VIMIEIRO-GOMES, Ana Carolina.
Science, Constitutional Medicine and National Bodily Identity in Brazilian Biotypology during the 1930s. *Social History of Medicine*, first published online May 29, p.1-21. Disponível em: <http://shm.oxfordjournals.org/content/early/2016/05/28/shm.hkw009.full>. Acesso em: 9 ago. 2016. 2016.
- VIMIEIRO-GOMES, Ana Carolina.
A emergência da biotipologia no Brasil: medir e classificar a morfologia, a fisiologia e o temperamento do brasileiro na década de 1930. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, v.7, n.3, p.705-719. 2012.
- WEINSTEIN, Barbara.
The color of modernity: São Paulo and the making of race and nation in Brazil. Durham: Duke University Press. 2015.
- WEINSTEIN, Barbara.
Racializing regional difference: São Paulo versus Brazil, 1932. In: Applebaum, Nancy P.; Macpherson, Anne S.; Roseblatt, Karin A. *Race and nation in modern Latin America*. Chape Hill: The University of North Carolina Press, p.237-262. 2003.

